

Compreender a Exclusão Social

Alcides A. Monteiro

COMPREENDER A EXCLUSÃO SOCIAL



LISBOA, 2019

© Alcides A. Monteiro, 2019

Alcides A. Monteiro
Compreender a Exclusão Social

Primeira edição: fevereiro de 2019
Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-68-6
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Revisão de texto: Carla Araújo e Ana Valentim
Impressão e acabamentos: Realbase

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de quadros.....	vii
Introdução.....	1
1 Desigualdade, pobreza e exclusão social. Condições objetivas e debates suscitados	7
2 O significado conceptual e social da exclusão social.....	19
3 Onde estão as instituições? Pilares da sociedade ou “categorias <i>zombies</i> ”?	63
4 E, no entanto, ela move-se. As dinâmicas da sociedade civil	99
5 Erradicar a pobreza, assumir um novo contrato social. Utopia realizável ou missão impossível?	109
6 Planeamento e organização de atividades letivas	115
Bibliografia.....	125

Índice de quadros

2.1	Conceitos de pobreza associados a diferentes abordagens.....	39
3.1	Três modelos de <i>welfare state</i> segundo Esping-Andersen.....	89
3.2	Diferenças entre o exercício profissional da regulação e da emancipação	96
5.1	Novos modelos de governança	112

Introdução

O livro que agora se apresenta, de título *Compreender a Exclusão Social*, resulta da adaptação a este formato de um relatório-síntese elaborado para efeitos de progressão académica, no qual se procurou refletir a experiência adquirida ao longo dos últimos dez anos na lecionação e discussão com estudantes de sociologia em torno desta área especializada. Trata-se de uma obra que se dirige a estudantes, docentes e investigadores da sociologia e das ciências sociais em geral. Mas que também aspira a ser útil a quem profissionalmente lida com estes temas e sente a necessidade de adquirir uma base analítica que qualifique a sua compreensão da complexa realidade social que envolve as problemáticas da pobreza, da desigualdade e da exclusão social, assim como as dinâmicas da inclusão e de reforço da coesão social.

A desigualdade social, a pobreza e a exclusão social desafiam qualquer sociedade a mostrar o que de melhor ela consegue ao nível da mobilização coletiva, da consolidação da democracia e da promoção da coesão social. Não é possível fazer conviver a aspiração a uma democracia saudável com a simultânea tolerância de elevadas desigualdades sociais e inaceitáveis índices de pobreza. Todavia, em Portugal, são comuns os sentimentos de negação quanto à gravidade destes problemas sociais, a que se associam a vergonha das situações e a responsabilização do/a outro/a. São recorrentes as expressões de que “aqui não há pobres”, “a desigualdade já foi pior”, “excluem-se porque querem”. Talvez por isso mesmo surjam como temas “invisíveis” e pouco abordados publicamente. Fora do dia 17 de outubro (Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza) e de um qualquer contexto episódico que chama a atenção para a gravidade e persistência da pobreza infantil ou das condições miseráveis em que (sobre)vivem os sem-abrigo, para citar dois exemplos, estes temas continuam arredados das prioridades em termos de análise política e intervenção social.

Citando o escritor Mia Couto, na sua Oração de Sapiência proferida na Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, Moçambique, em 2005, “A pressa em mostrar que não se é pobre é, em si mesma, um atestado de pobreza. A nossa pobreza não pode ser motivo de ocultação. Quem deve sentir vergonha não é o pobre,

mas quem cria pobreza. Vivemos hoje uma atabalhoada preocupação em exibirmos falsos sinais de riqueza. Criou-se a ideia que o estatuto do cidadão nasce dos sinais que o diferenciam dos mais pobres”. A pobreza é um assunto de todos/as e não pode continuar a ser observada distantemente por uma parte da sociedade como sendo um problema dos “outros”, de “alguns” que muitas vezes são apontados como responsáveis diretos por não conseguirem gerir de forma eficiente a sua vida e as “oportunidades que a sociedade lhes proporciona”. Como também não pode continuar a ser objeto de análises críticas baseadas em preconceitos e convicções de senso comum, amiúde escoradas numa mão-cheia de casos que, por conveniência, servem para reforçar as convicções pessoais, e ainda por comentadores públicos que nos *media* e nas redes sociais iludem a realidade e a manipulam a favor da sua visão pessoal.

A importância deste fenómeno e problema social justificam plenamente uma análise cuidada, científica, e a respetiva atenção política. O mesmo ocorre com as manifestações da desigualdade social e da exclusão social, igualmente complexas, multidimensionais e propícias a leituras enviesadas. Uma das funções da sociologia é precisamente a de conferir visibilidade e premência a questões sociais concretas. Ajudar a revelar aos olhos da sociedade, preferencialmente usando linguagem clara e acessível, fenómenos que ela própria gera e que afetam a vida quotidiana dos cidadãos.

Um dos primeiros alvos serão seguramente os alunos que, a cada ano letivo, ingressam nas universidades e delas saem uns anos mais tarde para assumirem cargos e desempenharem tarefas no âmbito das quais a sua sensibilidade social e as suas decisões interferem diretamente com a vida de pessoas, famílias e comunidades. E não raras vezes a determinam. A esses alunos deve-se-lhes a criação de condições e o incentivo à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de competências, no âmbito de uma dinâmica de ensino-aprendizagem que assenta na aliança entre o conhecimento progressivo de teorias e conceitos sociológicos fundamentais, por um lado, e o treino de instrumentos metodológicos necessários à investigação e à prática da sociologia, por outro. Mas o exercício da análise sociológica, e por inerência o sentido deste livro, dirige-se igualmente a públicos mais amplos, desde professores e estudantes com distintas formações académicas, a investigadores e técnicos, a autarcas e decisores políticos, e a todos os cidadãos que se interessem por estes temas e compõem uma sociedade civil crítica e interventiva. Também para eles importa facultar conhecimento de base científica, informação empírica, ilustração por casos concretos ou exemplos de intervenção social orientada para a resolução de problemas.

Assim, este texto obedece ao imperativo de revelar as múltiplas dimensões dos fenómenos em causa, e das inter-relações entre os mesmos. Tal só será possível se começarmos por entender a realidade por detrás dos conceitos e, no sentido inverso, o modo como esses conceitos nos ajudam a nominar, definir e analisar a realidade em causa. A orientação para esse propósito determinou que o texto comece por privilegiar a contextualização dos fenómenos sociais em análise, em que a ideia de globalização é fundamental ao entendimento das principais mudanças sociais em curso, para em seguida se focalizar sobre a definição e sistematização de três

conceitos-chave, os de “desigualdade social”, de “pobreza” e de “exclusão social”. Para além da definição de cada um deles, centra-se nas afinidades e dissociações entre si, nos esforços para operacionalizar e mensurar os fenómenos que representam, assim como nos impactos teóricos e políticos que decorrem do uso privilegiado de uma abordagem em detrimento das outras.

Na circunstância, alerta-se para o modo como a análise e compreensão dos fenómenos pela perspectiva da exclusão social tem sido escassamente explorada pelas ciências sociais em Portugal. Tal constatação decorre, por exemplo, da inexistência no nosso país de uma verdadeira obra de referência que privilegie este ângulo de abordagem. Uma lacuna que se deseja parcialmente coberta pela abordagem que aqui se proporciona.

A proposta que se elabora para a compreensão das dinâmicas de exclusão social e inclusão social baseia-se sobretudo num exame dos mecanismos de coesão social a partir dos laços sociais que unem o indivíduo à sua comunidade de pertença e à sociedade instituída. Por laço social entende-se o conjunto de relações e interações de carácter duradouro que permitem uma vida em conjunto para além das forças de dissociação e desagregação, entabulando e mantendo uma solidariedade próxima entre os membros de uma comunidade e de carácter instituído entre os cidadãos de uma sociedade. Quando invertida a lógica de análise, ou seja, o fenómeno da exclusão social é observado e interpretado pelo prisma da rutura dos laços sociais, a primeira constatação é a de que se enfrenta não um “estado” mas um “processo”, em cada caso concreto com características únicas e individualizadas. Depois, que a exclusão social decorre precisamente de uma fragilização (ou quebra) desses laços sociais, a que se junta o enfraquecimento do papel integrador das grandes instituições de referência: a família como referência fundamental de socialização e de suporte à construção biográfica de cada indivíduo; a escola como atenuadora das desigualdades sociais e poderoso ascensor social; o Estado e as suas políticas de apoio à integração e à coesão social; a figura do “pleno emprego” como aspiração fundamental no contexto da sociedade capitalista, e o acesso ao trabalho (e não apenas ao emprego, mas também a atividades socialmente reconhecidas) como referência fundamental na manutenção dos laços sociais.

Em suma, a linha de progressão do raciocínio que serve de fio condutor à organização deste livro inicia-se com uma atenção particular às dimensões de processo e relacional inerentes ao fenómeno da exclusão social, evolui depois para a perceção sobre o papel atual das principais instâncias (ou instituições) de regulação social e o modo como enquadram as opções e escolhas dos indivíduos, e culmina com uma perspectiva crítica sobre a possibilidade de um novo contrato social. Na circunstância, a reflexão sobre as oportunidades decorrentes da articulação interinstitucional entre Estado, terceiro setor (TS) e comunidades que, sob a forma de modelos de governação policêntricos e abertos, trabalhem o desejável equilíbrio entre a função reguladora das políticas sociais, as garantias de coesão social e o respeito pela autonomia e responsabilidade individuais.

Este livro é o resultado da experiência de lecionação, que se procura refletida no tipo de linguagem, na articulação entre uma visão de globalidade e o cunho pessoal do programa, e na preocupação em se explicitar de forma clara uma linha de

raciocínio que seja facilmente perceptível e passível de ser acompanhada a *par e passo* pelo primeiro público a quem se dirige, os estudantes. Naturalmente, também a partir de agora por quem tenha curiosidade e interesse em ler a obra que se disponibiliza. E visa desembocar também aí, no preciso ponto que lhe deu origem, no de servir como texto de apoio à docência. Daí que sejam incluídos na obra, no seu início e fim, alguns pontos que se destinam especificamente a apoiar a estruturação de uma proposta curricular orientada para o ensino e aprendizagem destas problemáticas.

Por sua vez, a atividade de docência sempre foi acompanhada pelo desenvolvimento de investigação na mesma área temática, assim como pela implicação direta em projetos de intervenção social e iniciativas de advocacia que visam a luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, a promoção da inclusão e da coesão sociais. Ou seja, explora os benefícios que podem decorrer, para cada um dos vetores, da sua integração no triângulo docência-investigação-intervenção social.

Em termos de estrutura, o livro está organizado em cinco capítulos e um anexo.

O capítulo um centra-se sobretudo na contextualização dos fenómenos da pobreza, da desigualdade e da exclusão sociais, tanto na perspectiva das condições objetivas perceptíveis na sociedade ocidental contemporânea, como dos debates a partir daí suscitados. Começa-se por descrever a natureza, amplitude e consequências dos fenómenos em estudo, com particular atenção sobre o caso português, seguida da enunciação de um conjunto de interrogações, convenientemente ilustrativas da complexidade dos problemas em análise e com potencial para aliciar os alunos e outros públicos para a participação ativa no debate. Este bloco contempla ainda a explanação dos objetivos, competências a adquirir e resultados de aprendizagem esperados, no quadro de uma unidade curricular (UC) especificamente vocacionada para o ensino e aprendizagem sobre as problemáticas da desigualdade social, da pobreza, da exclusão social e das dinâmicas de inclusão social.

Os capítulos dois a cinco contemplam o desenvolvimento dos conteúdos que correspondem à linha analítica adotada em matéria de compreensão dos fenómenos de exclusão social e de inclusão social, sempre em articulação com as realidades da pobreza e da desigualdade social. Assim, no ponto dois, explicitam-se os conceitos que escoram a compreensão da realidade social em análise, entre eles os de globalização, risco, pobreza, desigualdade social, exclusão social e laços sociais. Neste ponto é ainda dada uma particular atenção ao esforço de investigação (teórica e aplicada) que em Portugal se tem vindo a desenvolver em torno das problemáticas da desigualdade, da pobreza e da exclusão social, assim como sobre os processos de inserção e integração social. O ponto três, estruturado em torno das questões “Onde estão as instituições? Pilares da sociedade ou ‘categorias *zombies*’?”, começa por organizar o pensamento acerca do papel das principais instâncias de regulação social (família, escola, esfera laboral, Estado) na promoção da integração social e, ainda, no enquadramento das escolhas e opções dos indivíduos. Para depois se concluir, nos pontos quatro e cinco, uma reflexão sobre a possível composição de novos arranjos sociais, com potencial de integração e de filiação social, nomeadamente, aqueles que poderão resultar de dinâmicas de intervenção

comunitária, de redes de entreatajuda ou da busca de alternativas na esfera económica (economia social e solidária (ESS) e empreendedorismo social), na sua qualidade de instâncias que promovem a autonomia, a participação e o *empowerment*.

No sexto e último ponto do livro, convenientemente estruturado sob a forma de Anexo para que fique mais clara a sua distinta natureza em relação aos pontos anteriores, providencia-se informação mais detalhada sobre a planificação de uma UC de referência. Uma das componentes importantes desta planificação diz respeito à seleção de um corpo de textos que funcionam como suporte científico-pedagógico das aulas teórico-práticas. Por duas razões: por um lado, e sem prejuízo de leituras adicionais que os estudantes optem e sejam incentivados a fazer, os textos selecionados funcionam como apoio em termos de fio condutor do programa da UC; por outro lado, os mesmos textos enquadram uma estratégia pedagógica que visa coresponsabilizar os estudantes na apresentação e debate sobre os temas que compõem o programa da UC, mais concretamente através da sua intervenção direta na apresentação dos mencionados textos em aula e condução do debate que daí decorrerá.